



CRIANÇAS COM SÍNDROME DE TOURETTE NO CONTEXTO DAS AULAS REMOTAS: PERCEPÇÕES E SUPERAÇÕES PARA ALÉM DA PANDEMIA

Isachalem Lima de Souza ¹
Dário Xavier de Lima Júnior ²
Kelly Cristina Nunes Carneiro Mendonça ³

RESUMO

Este trabalho constitui um relato de pesquisa e intervenção realizado no contexto das aulas remotas de crianças com a síndrome de Tourette (ST) em um município paraibano, uma vez que os problemas de aprendizagem foram potencializados com o isolamento social, estabelecendo um desafio para os profissionais de educação e para as famílias em meio às limitações impostas pela pandemia. Dessa forma buscou-se compreender o processo de ensino-aprendizagem dessas crianças frente às aulas remotas, partindo da necessidade de identificar os facilitadores e dificultadores ao trabalho pedagógico para analisar o trabalho do AEE (Atendimento Educacional Especializado), e mapear as ações de ensino-aprendizagem desenvolvidas pelo município objetivando a elaboração de estratégias que possibilitassem maior inclusão. Utilizou-se uma abordagem qualitativa com revisão bibliográfica para a fundamentação teórica embasada em autores como ASTOC ST (2020); DIAS (2015); TEIXEIRA *et al* (2011); TERRA; A.P.A.; RONDINA, R.C. (2014); MAMEDE; WALNER (2017); NASCIMENTO, B.J.C (2020); e em documentos com força de lei, tal como: PARECER CNE/CP 5/2020, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Percebeu-se a efetiva participação familiar; em contrapartida, as limitações nas ações pedagógicas dos profissionais de educação desde a estruturação dos roteiros de estudos à elaboração de mecanismos de maior integração visuo-motor de leitura, escrita e raciocínio matemático como resposta à falta de formação pedagógica inicial e continuada destinada à educação dessas crianças. Com a intervenção, houve a diminuição do déficit de atenção, limitações de integrações visuo-motor e sintomas de ansiedade e frustração das crianças na realização das atividades.

Palavras-chave: Aulas Remotas, Educação Inclusiva, Intervenção, Síndrome de Tourette.

INTRODUÇÃO

A pandemia lançou um enorme desafio para a educação pública brasileira que encontrou, nas aulas remotas, um meio possível para diminuição das perdas ou danos graves a quem dela necessita. A Educação Síncrona Emergencial Remota (ESER) configura como um modelo de educação criado para adaptar de forma possível, e não ideal, àquilo que

¹ Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Norte do Paraná – (UNOPAR), isachalem24@gmail.com;

² Mestrando em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), darioxavier.junior@gmail.com;

³ Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Instituto Brasil de Ensino – (IBRA), kellycristinanunes@hotmail.com.



denominamos como presencial “normal” (NASCIMENTO, 2020, p.140). De acordo com esse autor, a pandemia tem sido a oportunidade de inovação, visitação de novos processos e reinterpretação da ordem das coisas como capacidade de pensar, comparar e refletir.

Nesse ínterim, a Educação Inclusiva está passando por um processo ainda mais difícil de readequação nas formas de se estabelecer um desempenho dos processos de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência (GOLDZVEIG *et al.*, 2020). Nesse contexto, estão inseridas as crianças acometidas com a Síndrome de Tourette (ST) que segundo Mamede (2017) caracteriza-se pela presença de tiques nervosos com sintomas fônicos e motores, além de normalmente distúrbios psicológicos associados a diversas outras síndromes (comorbidades) que afetam diretamente a aprendizagem, envolvendo principalmente dificuldades de compreensão e produção da linguagem, de memorização, percepção visual, disgrafia e outras.

Em Teixeira *et al* (2011) são reconhecidas as notáveis implicações socioculturais e educacionais nessas crianças, fato que é potencializado com as contribuições de Terra e Rondina (2014) ao observar que situações atípicas ou de stress podem funcionar como um gatilho para a atenuação dos sintomas e conseqüente déficit no processo de aprendizagem, lançando desafios para os professores. Esses, por sua vez, lançam questionamentos de como agir com as crianças (TERRA; RONDINA, 2014, p.183), pois muito se tem escrito sobre o assunto, mas nem tanto se fala sobre suas repercussões na escola e menos ainda se escreve de forma direcionada para professores em geral (PAULO, 2010 *apud* MAMEDE, 2017, p.102), a pensar para as aulas remotas.

No município paraibano, lócus da pesquisa, existem crianças entre 7 e 10 anos diagnosticadas com síndrome ST que apresentaram maior stress com o isolamento social, diante das atividades das aulas remotas, elas começaram a apresentar maiores dificuldades na integração visuo-motor de leitura e escrita; e déficit de atenção nas atividades que envolviam raciocínio matemático, e, por conseguinte, gerou frustração e desmotivação no processo de aprendizagem.

De acordo com o Parecer CNE/CP N 5/2020 sobre a Educação Especial, nas atividades pedagógicas não presenciais mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, os Estados, Distrito federal e Municípios têm liberdade nas organização e poder regulatório próprio, visando assegurar medidas locais que garantam a oferta de serviços, recursos e estratégias com padrão de qualidade e de acessibilidade igualmente garantidas.

Além disso, o mesmo parecer preconiza que aos professores do AEE cabe a atuação com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar adequando matérias,



provendo orientações específicas às famílias e apoio necessários, além de dar suporte às escolas na elaboração de planos de estudos individualizados, segundo a singularidade de cada aluno, a serem disponibilizados e articulados com as famílias.

Diante desta realidade, foi estabelecido o problema norteador da referida pesquisa voltado em compreender o processo de ensino-aprendizagem das crianças com ST no ensino remoto emergencial do referido município, o objetivo geral foi elaborar estratégias de intervenção no tocante à qualidade no processo de ensino-aprendizagem das crianças com ST. Para tal, foram traçados três objetivos específicos, quais sejam, (a) identificar quais são os facilitadores e dificultadores que os professores encontram no tocante à tratativa das crianças com ST quando do ensino remoto (b) analisar o trabalho de AEE frente às aulas remotas; (c) mapear as ações de ensino-aprendizagem que são desenvolvidas pelo município com esses alunos quando do ensino remoto.

Para tanto, foi utilizada metodologia baseada na abordagem qualitativa com revisão bibliográfica, uma pesquisa documental acerca da política educacional da secretaria municipal de educação do referido município no contexto da pandemia, entrevistas semiestruturadas com professores, supervisores pedagógicos, psicopedagogos, técnicos educacionais, profissional do AEE além de familiares dessas crianças, bem como observações direta.

Os principais resultados evidenciam a efetiva participação familiar, em contrapartida as limitações dos profissionais da educação do município desde a estruturação dos roteiros de estudos à elaboração de mecanismos e estratégias de maior promoção de equidade no processo educacional das crianças com ST no ensino remoto, em resposta a inexistência de programas de formação inicial e continuada ao trabalho pedagógico desses profissionais por parte do município, esse por sua vez teve seus serviços de acompanhamento multidisciplinar suspensos com a pandemia.

Com a intervenção, houve a diminuição nos aspectos relacionados ao déficit de atenção, limitações de integrações visuo-motor e conseqüente sintomas de ansiedade e frustração das crianças na realização das atividades.

Desse modo, esta pesquisa possui três principais contribuições, a saber: (1) contribuição teórica-metodológica – em que através de uma intervenção se pôde conceber uma estratégia em que se garanta um processo de ensino-aprendizagem das crianças com ST dentro de um cenário de um ensino remoto emergencial. Além disso, dada a incipiência da literatura em relação aos estudos sobre Educação Inclusiva no contexto do ensino remoto; (2) contribuição social – quando se percebe as principais dificuldades encontradas pelas famílias das crianças com ST,



e, de uma forma interventiva, se estabeleceu critérios para dirimir essas demandas; e, (3) contribuição prática – dada a possibilidade prática em se estabelecer estratégias eficazes a desenvolver ações eficazes com os professores e outros profissionais de educação no tocante ao aprendizado e a qualidade de vida dessas crianças.

METODOLOGIA

Quanto ao rigor metodológico seguido nesta pesquisa, optou-se por uma revisão da literatura nas bases de dados da *Scielo*, *Spell*, *Google Acadêmico* e Periódicos da Capes (Teses e Dissertações). Dessa forma, foram utilizadas combinações a partir dos *strings* de busca: “síndrome de tourette”, “educação inclusiva”, “ensino remoto” e “educação especial”, a partir de um refinamento pela área do conhecimento “educação” e “saúde”, e pela modalidade de artigos. Após isso, foi realizado um outro refinamento pelo título e pelo resumo do trabalho, no sentido de identificar quais fossem de maior relação com os construtos dessa pesquisa: Síndrome de Tourette e ensino remoto.

Nesse sentido, a abordagem dessa pesquisa é qualitativa por privilegiar, de acordo com Flick (2009), a análise de microprocessos através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Outrossim, diante dos objetivos específicos norteadores desse trabalho, foram seguidos os procedimentos metodológicos descritos no Quadro 1 que segue abaixo:

Quadro 01 – Procedimentos Metodológicos

Objetivos Específicos	Procedimentos
1. Identificar quais são os facilitadores e dificultadores que os professores encontram no tocante à tratativa das crianças com ST quando do ensino remoto;	Entrevistas semiestruturadas com os professores.
2. Analisar o trabalho do AEE frente as aulas remotas;	Entrevista semiestruturada com o profissional do AEE do Município.
3. Mapear as ações de ensino-aprendizagem que são desenvolvidas pelo município com esses alunos quando do ensino remoto.	Pesquisa documental acerca das disposições adotadas para o regime especial de ensino e programas desenvolvidos pelo Município. Entrevista semiestruturada com o Técnico Educacional responsável pelo AEE, Supervisores Pedagógicos, Gestores, e familiares das crianças com ST.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).



Cabe ressaltar que, dado o cenário pandêmico, as entrevistas semiestruturadas citadas no Quadro 1 foram realizadas utilizando chamadas de vídeo pelo aplicativo *Google meet*. Além disso, o material resultante da coleta de dados realizada conforme o quadro acima foi devidamente transcrito e realizada a análise do seu referido conteúdo à luz do aporte teórico que rege esta pesquisa. Esta pesquisa foi realizada no mês de junho de 2020.

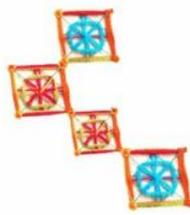
Por razões éticas, os nomes das crianças, das escolas, dos entrevistados e dos municípios foram mantidos em sigilo. Após todos os procedimentos metodológicos aqui descritos, obteve-se o resultado, e, a partir disso, foi realizada uma intervenção; ambos estão descritos na seção que segue.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos resultados encontrados nas entrevistas realizadas com professores, familiares, profissional do AEE, técnicos em educação, gestores e supervisores pedagógicos; além da observação direta e pesquisa documental acerca das disposições sobre a adoção do regime especial de ensino do Município, foi realizada uma intervenção onde foi possível cumprir o objetivo geral deste trabalho - elaborar estratégias de intervenção no tocante à qualidade no processo de ensino-aprendizagem das crianças com ST. Ambos estão descritos nas linhas que seguem.

No regime especial de ensino adotado pelo município e publicado em diário oficial, para os estudantes que recebem atendimento educacional especializado, deverão ser disponibilizados roteiros de estudos adaptados, como resultado da parceria pedagógica entre professor do ensino regular e o da sala de recursos multifuncionais, onde este último deverá ser o orientador de metodologias diferenciadas a partir da real necessidade dos estudantes. Cabendo à Secretaria de Educação a disponibilização de materiais orientadores para oferta de AEE, durante a excepcionalidade, como forma de organizar o roteiro de estudos e/ou recursos digitais adaptados de acordo com as necessidades educacionais específicas, sendo todo processo acompanhado e avaliado por supervisores, gestores e técnicos da educação do município.

Em entrevistas realizadas com os profissionais da educação, na prática, as aulas remotas consistiam na elaboração e correção de atividades semanais por parte do professor, sendo 3 atividades impressas e duas como sugestão de atividades práticas, com prioridade as matérias de português e matemática. As atividades eram enviadas para e-mail dos supervisores para revisão, na sequência eram impressas pela escola e entregues uma vez por semana aos



responsáveis pelas crianças (em dia e hora marcadas para evitar aglomerações) que não disponibilizavam de acesso à internet; aos demais, eram enviadas pelo aplicativo *WhatsApp*. Após a realização das atividades, as tarefas eram ora deixadas na escola para reenvio aos professores, ora enviadas diretamente pelo aplicativo para correção e elaboração dos relatórios semanais de acompanhamento pedagógico do processo de aprendizagem.

Observou-se que os roteiros de estudo e as atividades das crianças com ST eram basicamente os mesmos das demais crianças, o diferencial estava na inclusão de maiores sugestões de atividades de relaxamento e concentração como jogos e brincadeiras, além de quantidade de questões e textos de leitura reduzidos para alunos com ST, fato que marca a limitação do professor do AEE enquanto orientador de metodologias diferenciadas.

Segundo relato dos professores algumas atividades das aulas remotas começaram a retornar com caligrafias aparentemente trêmulas, e, às vezes, cortando trechos grandes das frases (as que vinham feitas) e outras não estavam sendo realizadas, o que se comprovou, com os relatos das famílias, acerca do aumento dos stress das crianças em casa, principalmente nas atividades de leitura onde se tinha a forte repetição das mesmas palavras (ecolalia) não fluindo a leitura, e, assim, a desmotivação para a realização das demais atividades, em específico as que envolviam raciocínio matemático. Algumas mães chegaram a relatar que por várias vezes os filhos queriam apagar as respostas das atividades devido à frustração na escrita que já não era mais a mesma do ensino presencial.

Diante dessas constatações, verificou-se a necessidade de intervenção em conjunto com esses profissionais uma vez que as ações metodológicas até então desenvolvidas não estavam respondendo as reais necessidades das crianças com ST no regime especial de ensino. Para tanto utilizou-se como ferramenta de comunicação online em grupos, o aplicativo *Google meet*, onde foi possível pautar a intervenção na construção de estratégias de sugestões considerando que não há uma criança típica com ST, cada criança é única de acordo com DIAS (2015).

Começando pela reestruturação dos roteiros de estudo com vista a orientar primeiramente as famílias para organização de um ambiente adequado de estudos de acordo com as necessidades de cada criança. As de maior déficit de atenção foi sugerido que um adulto sempre que possível colocasse a mão no ombro da criança durante a realização da atividade, como forma de fazê-la retomar a atenção conforme Dias (2015).

Para o cronograma de atividades sugeriu-se a alternância de tarefas diárias (antes só uma por dia), a exemplo: matemática e caligrafia, conforme sugerido pela Associação Solidária do TOC e Síndrome de Tourette (ASTOC ST). Em matemática, foi solicitado, às professoras, a



elaboração de um número específico de problemas que possam ser resolvidos em um tempo pré-determinado, e a possibilidade de frequente correção, quando necessário, enviar atividades com imagens de papel milimetrado com quadros grandes ou papel pautado para que seja possível formar colunas para os cálculos. Acerca disso a ASTOC ST orienta:

Combine a execução de tarefas com antecedência. Um número específico de problemas deve ser resolvido dentro de um tempo pré-determinado. Seja realista. Alunos com problemas de atenção não podem fazer duas ou mais atividades independentes ao mesmo tempo. Exercícios curtos com verificações frequentes são mais eficientes.

Nas atividades de leitura, foram confeccionados moldes de cartão para serem impressos e recortadas pelas famílias, com um recorte em formato de janela que permitisse as crianças enxergar uma só palavra por vez, de modo que o aluno deslizasse a janela pela linha que estivesse lendo tendo assim a palavra anterior coberta e as chances de ficar “preso” insistentemente a uma palavra diminuíssem e ela pudesse ter progresso na leitura (ASTOC ST). Nas atividades de escrita, foi sugerido que as famílias (as que possuíam acesso à internet) sempre que possível, gravassem as respostas oralmente das crianças, e enviassem pelo aplicativo WhatsApp aos seus professores e as que não tinham acesso à internet, permitissem a criança ditar suas respostas para algum adulto escrever.

Dessa forma as crianças poderiam desenvolver suas ideias e demonstrar maior participação. Se a criança quisesse insistir na escrita, foi sugerido que a família a apoiasse tirando a borracha do lápis para que a ajudasse a controlar a vontade de apagar. De acordo com Bergson (2006), a liberdade, iniciativa e criatividade são as melhores contribuições que a educação pode oferecer para o futuro.

Para aliviar as tensões das crianças com ST em relação ao isolamento social, optou-se por deixar um espaço nas atividades impressas para os colegas de turma deixarem semanalmente dedicatórias como: mensagens de saudades e encorajamento para superação da pandemia, a fim de que os professores possam tirar fotos e montar um painel impresso e reimprimir nas atividades seguintes para que todos os alunos e as famílias se sintam acolhidos e mais presentes. Assim, corrobora-se com as contribuições de Monteiro, S.S. (2020, p. 252) quando afirma “torna-se fundamental construirmos mecanismos de resiliência, para que possamos, com a liberdade e responsabilidade que nos caracteriza enquanto seres humanos, reconstruir a vida, e (re)inventar a educação escolar a cada dia”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Em um cenário de pandemia, ficaram ainda mais evidentes as diferenças encontradas no ambiente escolar brasileiro, a Educação Inclusiva, e, sobretudo, as crianças que nela se inserem, vivem um verdadeiro dilema em seu processo de aprendizagem. Por outro lado, os professores e outros profissionais da Educação, se sentem, no cenário do ensino remoto emergencial, ainda mais desafiados para lidar com esses alunos, e, nesse caso, com os que são acometidos pela ST.

De fato, essa síndrome traz consigo limitações sistêmicas (que vão desde o aluno em si, a família, a sala de aula, seu professor, seus colegas de sala, os profissionais da escola, a gestão escolar, as políticas de Educação Inclusiva, os profissionais de saúde, entre outros) no sentido de que se garanta o processo de ensino-aprendizagem das crianças com ST.

Nesta pesquisa, revelou-se as limitações do município na lida com as crianças com ST, fato que se evidenciou nas aulas remotas no contexto da pandemia. A falta de programas de formação para os profissionais não permite que esses se sintam confiantes e equiparados para traçar estratégias efetivas no ensino remoto junto aos familiares, na promoção da equidade no processo educacional inclusivo desses alunos, que por sua vez deixaram de receber o acompanhamento multidisciplinar com a pandemia.

O processo de ensino e aprendizagem das aulas remotas antes da intervenção apresentava lacunas, e não estava sanando as necessidades reais de leitura, escrita e de raciocínio dessas crianças, uma vez que a situação atípica de pandemia também fez emergir dificuldades, que até então, não se tinha noção, de aprendizagem, constatando maior déficit de atenção, além de dificuldades de integração visuo-motora na realização das tarefas.

Com a intervenção, houve a nítida melhora no processo de leitura e escrita das crianças, algumas passaram a apresentar diminuição dos tiques vocais complexos (palilalia) na leitura, e consequente diminuição no déficit de atenção. Nas atividades envolvendo raciocínio, houve um número maior de atividades realizadas, visto que a inserção de papel diferenciado permitiu melhor visualização e melhoria no déficit de atenção. Em apenas duas crianças houve o aumento dos tiques simples, mas sem maiores reflexos no processo de aprendizagem. Segundo relatos da família, esses tiques se concentravam quando as crianças recebiam as atividades, e liam o painel com troca de mensagens dos colegas, gerando sensações de alegria traduzidas em tiques. Aos demais, o compartilhamento de mensagens fez diminuir os sentimentos de frustração e ansiedade do isolamento.



Tais evidências só reforçam a perpetuação da necessidade e possibilidade de se desenvolver ações e mecanismos que efetivamente supram as necessidades de crianças com ST no processo de ensino-aprendizagem, seja esse remoto ou presencial, considerando suas peculiaridades.

Para além disso, esta pesquisa teve como principal limitação a impossibilidade da realização das entrevistas de modo presencial. Acredita-se que, se isso fosse possível, os pesquisadores idealizadores desta pesquisa se valeriam de uma maior riqueza de detalhes, e, dessa maneira, agregaria ainda mais resultados tanto no diagnóstico encontrado, quanto na intervenção realizada.

Frente a isso, surge como oportunidades de pesquisa que, a partir desta, possam ser realizadas utilizando metodologias como grupo focal ou entrevista em profundidade com professores, supervisores pedagógicos e familiares. Além disso, este estudo também pode servir para que se faça uma análise comparativa entre o processo de ensino-aprendizagem das crianças com ST das escolas públicas e privadas.

REFERÊNCIAS

ASTOC ST (Associação Solidária do TOC de Síndrome de Tourette, Tique e Transtorno Obsessivo Compulsivo). **Guia para o diagnóstico e tratamento da Síndrome de Tourette-ST**. 2015. Disponível em: <http://www.astoc.org.br/source/php/026.php>. Acesso em: 05 mai. 2020.

BERGSON, H. **O Pensamento e o movente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 5/2020 de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Relatores: Eduardo Deschamps e Maria Helena Guimarães de Castro. **Documenta**, Brasília, DF, n. 23001.000334/2020-21, 2020.

DIAS, M. C. **Você conhece a Síndrome de Tourette?** Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PcD e PcaH no Rio Grande do Sul (RS). Portal de Acessibilidade do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/noticias/5445>. Acesso em: 18 jul. 2020.

GOLDZVEIG, D. *et al.* **Um olhar da Educação Inclusiva sobre o Ensino Remoto**. Edify Education. (2020). Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: <https://www.edifyeducation.com.br/blog/educacao-inclusiva-e-ensino-remoto>. Acesso em: 17 ago. 2020.



Flick, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. 2009.

MAMEDE, W. Tique e toc na escola: mais que um problema de saúde, uma questão social e pedagógica. **Revista Educação (Pucs. online)** v. 40, p.97, 2017.

MONTEIRO, S.S. (RE)Inventar Educação no Brasil em tempos de COVID-19, **Revista Augustus** (Unisuam online) v.25, p.237-254, 2020.

NASCIMENTO, B. J. C. A construção de um novo paradigma de educar :do singular ao coletivo, reflexões necessárias em tempos de pandemia. **Simbiótica**, Edição Especial, vol.7, n.1, jun., 2020

PREFEITURA MUNICIPAL. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da rede pública municipal de ensino, do regime especial de ensino, como medida preventiva à disseminação do covid-19, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Paraíba. Publicado em 28.04.2020, p. 01-04.

TEIXEIRA, L. L. C. *et al.* Síndrome de La Tourette: revisão de literatura. **Arq. Int. Otorrinolaringol**, São Paulo, v.15, n.4, p. 492-500, out/dez, 2011.

TERRA, A. P. A; RONDINA, R. C. A interação escolar de uma criança com síndrome de Tourette, segundo as percepções de pais e educadores um estudo de caso exploratório. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.25, p.1-1, 2014.